

O LETRAMENTO MATEMÁTICO EM ALUNOS COM TRANSTORNO OPOSITOR DESAFIADOR (TOD)

Julio Cesar Santos Pereira

<http://lattes.cnpq.br/4515661305363396>

<https://orcid.org/0000-0003-0705-1495>

E-mail: juliocesar_mp3@hotmail.com

Camilla Xavier Sousa

<http://lattes.cnpq.br/1968624128430161>

<https://orcid.org/0009-0002-3199-4629>

E-mail: camilla.ssxavier@gmail.com

Josemir do Carmo

<http://lattes.cnpq.br/7547875518374432>

<https://orcid.org/0009-0004-5237-575X>

E-mail: josemir_carmo@hotmail.com

Jair Oliveira Passos Junior

<http://lattes.cnpq.br/7561980991075049>

<https://orcid.org/0009-0005-5854-948X>

E-mail: jpassos81@hotmail.com

Higor Angelo dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/3483400213013024>

<https://orcid.org/0009-0005-6183-5997>

E-mail: higorangelo@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N3-30>

RESUMO: Este estudo tem como objetivo investigar o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) no contexto escolar, com ênfase nas práticas pedagógicas inclusivas e no papel do professor diante dos desafios impostos por esse transtorno. A pesquisa parte do pressuposto de que as manifestações comportamentais das crianças com TOD não devem ser compreendidas unicamente sob uma ótica patológica, mas, sobretudo, a partir de uma perspectiva socioeducacional crítica, que valorize o acolhimento, a escuta e o vínculo. A análise foi fundamentada em uma revisão bibliográfica abrangente, utilizando o referencial da inclusão escolar e das práticas pedagógicas humanizadas. Foram discutidas questões como a patologização da infância, a medicalização no ambiente educacional, as implicações do TOD na aprendizagem e o papel essencial do professor como mediador e promotor de práticas inclusivas. Os resultados apontam que a formação docente, o suporte institucional e a construção de estratégias colaborativas entre escola, família e profissionais da saúde são fundamentais para uma atuação ética e eficaz com estudantes diagnosticados com TOD. Conclui-se que o enfrentamento desse desafio requer uma pedagogia sensível às diferenças, pautada na empatia, no respeito à diversidade e no compromisso com a inclusão e os direitos humanos no espaço escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno Opositivo Desafiador. Inclusão Escolar. Práticas Pedagógicas. Formação Docente.

MATHEMATICAL LITERACY IN STUDENTS WITH OPPOSITIONAL DEFIANT DISORDER (ODD)

ABSTRACT: This study aims to investigate Oppositional Defiant Disorder (ODD) in the school context, with an emphasis on inclusive pedagogical practices and the role of the teacher in the face of the challenges imposed by this disorder. The research is based on the assumption that the behavioral manifestations of children with ODD should not be understood solely from a pathological perspective, but, above all, from a critical socio-educational perspective that values acceptance, listening and bonding. The analysis was based on a comprehensive bibliographic review, using the framework of school inclusion and humanized pedagogical practices. Issues such as the pathologization of childhood, medicalization in the educational environment, the implications of ODD on learning and the essential role of the teacher as a mediator and promoter of inclusive practices were discussed. The results indicate that teacher training, institutional support and the construction of collaborative strategies between school, family and health professionals are fundamental for ethical and effective action with students diagnosed with ODD. It is concluded that facing this challenge requires a pedagogy that is sensitive to differences, based on empathy, respect for diversity and a commitment to inclusion and human rights in the school environment.

KEYWORDS: Oppositional Defiant Disorder. School Inclusion. Pedagogical Practices. Teacher Training.

INTRODUÇÃO

O Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) configura-se como uma condição neurocomportamental caracterizada por um padrão persistente de comportamentos desafiadores, desobedientes e hostis direcionados a figuras de autoridade, sendo frequentemente diagnosticado ainda na infância. Essa condição afeta diretamente o processo de escolarização, especialmente quando associada a áreas do conhecimento que demandam concentração, abstração e raciocínio lógico, como é o caso da matemática. A aprendizagem matemática exige habilidades cognitivas e comportamentais complexas, como a autorregulação, o seguimento de regras e a capacidade de resolução de problemas.

Para alunos com TOD, essas exigências podem se tornar verdadeiros obstáculos, dada a dificuldade em manter o engajamento em tarefas estruturadas, o que acarreta prejuízos tanto acadêmicos quanto sociais. Nesse cenário, o letramento matemático, entendido como a capacidade de utilizar conhecimentos matemáticos em contextos diversos, transcende a mera memorização de algoritmos e requer do educando a habilidade de mobilizar saberes em situações significativas. Para alunos com TOD, esse

processo demanda abordagens pedagógicas adaptadas, que contemplem suas especificidades cognitivas, emocionais e comportamentais (Brites; Brites, 2019).

A inclusão educacional de estudantes com TOD é um desafio que permeia diversos aspectos da prática docente, desde a formação inicial até o planejamento de atividades didáticas. No contexto da matemática, a situação se agrava diante do estigma social que acompanha tanto a disciplina quanto o diagnóstico do transtorno, o que pode culminar em práticas pedagógicas excludentes, mesmo quando disfarçadas de neutralidade. Professores muitas vezes não se sentem preparados para lidar com manifestações comportamentais consideradas disruptivas, o que leva à medicalização ou ao afastamento simbólico desses alunos do processo efetivo de aprendizagem.

O letramento matemático, por sua vez, exige não apenas a construção de competências técnicas, mas também a valorização da experiência do sujeito, o que demanda práticas inclusivas baseadas na escuta, no diálogo e na mediação didática consciente. Portanto, torna-se necessário entender como alunos com TOD se relacionam com o conhecimento matemático, como se engajam ou resistem às propostas pedagógicas, e quais são os caminhos possíveis para tornar o ensino mais acessível, significativo e libertador (Carneiro; Silva, 2020; De Carvalho et al., 2021).

As políticas públicas de inclusão têm se ampliado no Brasil nos últimos anos, promovendo debates importantes sobre equidade no acesso à educação e o papel do professor como mediador do conhecimento. Contudo, ainda é notória a lacuna entre o discurso inclusivo e a realidade cotidiana da sala de aula, especialmente quando se trata de transtornos comportamentais. O Transtorno Opositivo Desafiador, por suas particularidades, representa um ponto crítico nesse debate, pois desafia o modelo tradicional de ensino e questiona a própria estrutura normativa da escola.

Em meio a esse cenário, a matemática escolar, que muitas vezes é ensinada de forma rígida e descontextualizada, pode tornar-se um campo de exclusão simbólica para esses alunos. Daí a importância de investigar práticas de letramento matemático que sejam culturalmente responsivas, emocionalmente seguras e pedagogicamente eficazes para alunos com TOD. É essencial compreender como o processo de ensino e aprendizagem pode ser ajustado para favorecer a construção de sentido e a participação

ativa desses estudantes nas aulas de matemática (Gomes; Da Costa, 2023; Galleta; Santos, 2022).

Apesar do crescente reconhecimento da necessidade de práticas inclusivas, ainda há pouca produção científica que aborde especificamente o letramento matemático em estudantes com TOD. Nesse sentido, surge a seguinte problemática: de que maneira o letramento matemático pode ser promovido de forma efetiva em alunos com Transtorno Opositivo Desafiador no contexto da educação básica, considerando suas particularidades cognitivas e comportamentais? Essa pergunta norteadora busca impulsionar a produção de conhecimento teórico-prático sobre estratégias pedagógicas eficazes que articulem os princípios da educação inclusiva com as especificidades do ensino da matemática (Da Silva Bezerra et al., 2024; Oliveira; Da Costa, 2021).

O presente estudo tem como objetivo geral analisar como o letramento matemático pode ser favorecido em alunos com Transtorno Opositivo Desafiador na educação básica. Para alcançar essa meta, propõem-se os seguintes objetivos específicos: (1) identificar as principais dificuldades enfrentadas por alunos com TOD no processo de aprendizagem matemática; (2) mapear estratégias pedagógicas inclusivas que promovam o engajamento desses estudantes nas atividades matemáticas; e (3) propor intervenções pedagógicas baseadas em princípios de inclusão e respeito à diversidade, visando à promoção do letramento matemático nesse público específico (Mendes, 2022; Veiga Dell’Agli et al., 2023).

Justifica-se esta pesquisa pela necessidade urgente de aprofundar o debate acerca da inclusão de alunos com transtornos comportamentais, especialmente o TOD, no campo da educação matemática. Ainda que os documentos legais e os estudos sobre educação inclusiva avancem, as práticas pedagógicas continuam a enfrentar barreiras, tanto estruturais quanto formativas. Alunos com TOD costumam ser interpretados como indisciplinados ou intransigentes, o que frequentemente invisibiliza suas potencialidades cognitivas. A matemática, enquanto linguagem universal, pode ser uma poderosa ferramenta de emancipação intelectual, desde que se rompa com as práticas excludentes e se adote uma abordagem afetiva e contextualizada. A compreensão do letramento matemático como um direito de todos os alunos, independentemente de seus transtornos,

torna-se um imperativo ético e pedagógico (Araújo; Araújo, 2017; Chalfon; Ramos, 2021).

Ademais, esta pesquisa pretende contribuir com a formação de professores, oferecendo subsídios teóricos e práticos para a construção de um ensino matemático mais inclusivo e responsivo às necessidades de alunos com TOD. A formação inicial e continuada dos docentes ainda carece de abordagens interdisciplinares que articulem conhecimentos da pedagogia, da psicologia e da didática da matemática, o que dificulta a implementação de práticas significativas para alunos com comportamentos desafiadores. Compreender como o ensino da matemática pode ser transformado para incluir todos os sujeitos, especialmente aqueles historicamente marginalizados pelo sistema educacional, é uma tarefa essencial para a promoção de uma educação democrática e de qualidade (Da Silva; Da Paixão, 2024; De Souza Blasius, 2020).

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, com o objetivo de reunir, descrever e analisar criticamente produções acadêmicas publicadas nos últimos dez anos relacionadas ao letramento matemático em alunos com Transtorno Opositivo Desafiador (TOD). A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir a compreensão aprofundada dos significados, concepções e práticas educacionais voltadas a este público específico, favorecendo a reflexão sobre os desafios e possibilidades pedagógicas envolvidas neste contexto. A investigação não buscou quantificar dados, mas sim interpretar os discursos, argumentos e posicionamentos teóricos presentes nas fontes selecionadas, possibilitando uma construção analítica fundamentada na literatura científica atual.

O levantamento das fontes foi realizado por meio de buscas sistemáticas em bases de dados acadêmicas de ampla relevância na área da educação e psicologia, tais como SciELO, Google Acadêmico, CAPES Periódicos, ERIC (Education Resources Information Center) e Redalyc, utilizando descritores combinados como “Transtorno Opositivo Desafiador”, “TOD”, “letramento matemático”, “educação inclusiva” e “ensino de matemática”. As buscas foram refinadas com filtros de data (2014 a 2024),

idioma (português e, eventualmente, espanhol), e recorte temático (textos voltados à educação básica, educação inclusiva e psicopedagogia). Foram priorizados artigos publicados em periódicos qualificados, dissertações, teses e livros acadêmicos reconhecidos na área.

Após o levantamento inicial, foi realizada uma triagem com base na leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, para assegurar que os estudos contemplassem o foco da pesquisa. Em seguida, procedeu-se à leitura na íntegra dos materiais selecionados, com destaque para aqueles que tratavam da intersecção entre letramento matemático e o comportamento de estudantes diagnosticados com TOD em contextos escolares. A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo de Bardin (2011), organizada em categorias temáticas que emergiram do próprio material investigado. Essa técnica permitiu não apenas identificar os principais desafios enfrentados por professores e alunos, mas também mapear práticas exitosas, propostas pedagógicas inclusivas e os discursos predominantes sobre a medicalização e o manejo comportamental em sala de aula.

A integridade da pesquisa foi assegurada pela consideração ética das fontes, respeitando os direitos autorais e citando adequadamente todas as obras utilizadas. Não houve envolvimento direto de seres humanos, o que dispensa aprovação por comitê de ética, conforme previsto nas normas da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Ainda assim, o estudo se comprometeu com os princípios da honestidade intelectual, da imparcialidade analítica e da responsabilidade social da pesquisa científica, visando contribuir com o debate contemporâneo sobre inclusão educacional e práticas pedagógicas significativas.

LETRAMENTO MATEMÁTICO E TRANSTORNO OPOSITIVO DESAFIADOR (TOD)

O Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) representa um dos maiores desafios para o sistema educacional contemporâneo, especialmente no que tange à inclusão e ao desenvolvimento de competências essenciais como o letramento matemático. Tendo em vista a complexidade desse transtorno, que envolve comportamentos negativistas,

desafiadores e provocativos, é imprescindível que as práticas pedagógicas sejam repensadas e adaptadas para responder às demandas desses estudantes. Este capítulo analisa criticamente a inter-relação entre o TOD e o letramento matemático sob três eixos principais: o entendimento clínico e pedagógico do TOD, as estratégias de letramento matemático inclusivo, e o papel do professor e das práticas escolares frente ao desafio da inclusão. A abordagem tem como foco central compreender como as manifestações do transtorno interferem nos processos de aprendizagem e quais estratégias educacionais podem promover uma atuação pedagógica eficaz, equitativa e humanizada.

COMPREENDENDO O TRANSTORNO OPOSITIVO DESAFIADOR NO CONTEXTO ESCOLAR

O Transtorno Opositivo Desafiador é caracterizado por padrões persistentes de comportamento desafiador, desobediente e hostil direcionado a figuras de autoridade, o que afeta significativamente o convívio social e a dinâmica escolar. Segundo Brites e Brites (2019), esses comportamentos não são apenas episódios isolados de rebeldia, mas parte de um quadro mais profundo que demanda compreensão especializada e manejo cuidadoso. O TOD costuma manifestar-se na infância e pode se agravar na adolescência caso não haja intervenção adequada. Sua incidência crescente em contextos escolares levanta preocupações sobre a preparação dos profissionais da educação para lidar com tais quadros de maneira não apenas disciplinar, mas educativa e inclusiva.

Pesquisas apontam que alunos com TOD tendem a apresentar dificuldades acentuadas em seguir instruções, respeitar regras e manter vínculos positivos com colegas e professores, o que pode comprometer sua trajetória acadêmica. De acordo com Mendes (2022), o comportamento opositor compromete a permanência dos estudantes em ambientes coletivos, exigindo práticas pedagógicas específicas que ultrapassem a lógica tradicional da punição e da medicalização. Nesse sentido, é necessário romper com concepções que marginalizam esses sujeitos e apostar em estratégias que compreendam as causas emocionais, cognitivas e sociais do transtorno.

A patologização do comportamento infantil é amplamente discutida por Carneiro e Silva (2020), que alertam para os riscos da medicalização precoce do aprender. Crianças

com comportamentos divergentes do padrão escolar muitas vezes são encaminhadas para diagnósticos clínicos antes que se explorem as dimensões pedagógicas e contextuais das dificuldades. Essa tendência reforça uma lógica excludente e fragiliza o papel da escola como espaço de acolhimento e desenvolvimento integral. Para os autores, é urgente repensar os modos como os comportamentos infantis são lidos e classificados.

Além disso, a literatura aponta que há uma lacuna formativa no que diz respeito ao preparo docente para lidar com crianças com transtornos comportamentais. De acordo com Taborda, Rodrigues e Rosa (2019), o discurso médico tem prevalecido sobre o pedagógico, o que leva os professores a reproduzirem condutas baseadas em controle e contenção, em vez de estratégias pedagógicas que promovam autonomia e pertencimento. A falta de formação continuada e o distanciamento entre teoria e prática são apontados como obstáculos significativos à efetivação da inclusão.

Chalfon e Ramos (2021) destacam que o TOD frequentemente está associado a outras comorbidades, como o Transtorno de Conduta e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), o que intensifica a complexidade do manejo desses estudantes. A compreensão de que o comportamento desafiador pode ser uma resposta a contextos familiares ou escolares disfuncionais reforça a importância de uma abordagem interdisciplinar, que envolva escola, família e profissionais da saúde mental. A psicoterapia, nesse contexto, é uma aliada importante, mas não substitui a necessidade de intervenções pedagógicas adequadas.

Estudos como o de Da Silva Bezerra et al. (2024) reforçam que o contexto escolar é determinante para o agravamento ou o manejo dos sintomas do TOD. Escolas com ambientes rígidos, punitivos e pouco acolhedores tendem a exacerbar os comportamentos opostos, enquanto instituições com práticas inclusivas, baseadas na escuta ativa e na construção de vínculos positivos, demonstram melhor resultados na convivência e na aprendizagem desses estudantes. Isso aponta para a urgência de políticas públicas educacionais que priorizem a inclusão como um valor ético e pedagógico.

O estudo de Da Silva e Da Paixão (2024) revela experiências exitosas em contextos não escolares, como a catequese, que adotam práticas inclusivas e afetivas no acolhimento de crianças com TOD. Isso demonstra que a mediação sensível, pautada em

relações humanas positivas, é capaz de transformar a percepção sobre esses sujeitos e favorecer sua integração social e cognitiva. Esse tipo de experiência desafia a escola a repensar seus próprios modos de relação e avaliação do comportamento.

Conforme Araújo e Araújo (2017), o espaço da aula de Educação Física, com sua flexibilidade e caráter lúdico, pode ser um campo privilegiado para desenvolver práticas inclusivas com alunos com TOD. O contato com o corpo, com o grupo e com regras mediadas pelo movimento possibilita novas formas de interação que favorecem a socialização e o respeito mútuo. O estudo ressalta a importância de ambientes pedagógicos diversificados que respeitem as múltiplas formas de expressão e aprendizagem.

LETRAMENTO MATEMÁTICO E DESAFIOS NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM TOD

A aprendizagem da matemática exige não apenas habilidades cognitivas específicas, mas também atitudes afetivas e comportamentais como atenção, perseverança e autorregulação – aspectos diretamente comprometidos em alunos com TOD. Segundo Gomes e Da Costa (2023), a construção do letramento matemático se dá em uma relação contínua entre linguagem, lógica e contexto, sendo imprescindível que o aluno participe ativamente do processo. No entanto, para alunos com comportamentos desafiadores, essa participação pode ser inibida por conflitos interpessoais, rejeição dos pares e estratégias pedagógicas pouco flexíveis.

O conceito de letramento matemático, entendido como a capacidade de interpretar, raciocinar e comunicar ideias matemáticas em diferentes contextos, vai além da simples memorização de procedimentos. Para Galieta e Santos (2022), o ensino de matemática deve considerar as experiências prévias dos alunos, bem como suas necessidades e estilos de aprendizagem. No caso de estudantes com TOD, adaptar a linguagem matemática e torná-la significativa pode ser uma estratégia eficaz para envolver esses sujeitos em práticas de raciocínio lógico.

De Souza Blasius (2020) destaca que muitos desses alunos acabam sendo estigmatizados como incapazes ou indisciplinados, o que contribui para sua exclusão

simbólica das atividades matemáticas. Essa exclusão não é apenas uma consequência de suas atitudes, mas também da forma como o conhecimento é apresentado e da pouca tolerância às manifestações emocionais que fogem ao padrão escolar. Dessa forma, é necessário repensar a organização didática das aulas de matemática, promovendo um ambiente de escuta, paciência e encorajamento.

A obra de Brites e Brites (2019) aponta que crianças com TOD são extremamente sensíveis a críticas, o que torna a abordagem pedagógica tradicional, muitas vezes pautada na correção constante de erros, altamente ineficaz. Na matemática, onde os erros fazem parte do processo de aprendizagem, é essencial que o professor crie uma cultura de valorização do erro como oportunidade. Essa prática pode colaborar para reduzir o medo de participar e promover uma autoconfiança gradual nos alunos.

Veiga Dell’Agli et al. (2023) reforçam que a conduta do professor frente aos alunos com TOD é determinante para a permanência e o engajamento escolar. Posturas autoritárias tendem a aumentar o comportamentopositor, enquanto atitudes empáticas e dialógicas favorecem o vínculo e a cooperação. No ensino da matemática, isso se traduz em propostas que incluam jogos, dinâmicas em grupo e resolução de problemas contextualizados, que possam ser apropriados de forma mais orgânica por esses alunos.

A análise de conteúdo realizada por Bardin (2011) permite identificar categorias significativas nos discursos dos professores sobre o ensino de matemática para alunos com TOD, como “desafios de atenção”, “medo do erro”, “resistência à autoridade” e “baixa autoestima”. Essas categorias revelam que o sucesso na aprendizagem matemática está menos ligado à capacidade técnica do aluno e mais à qualidade das interações pedagógicas estabelecidas. Portanto, a formação docente precisa incluir a compreensão dos transtornos comportamentais e suas implicações na construção do conhecimento.

Carvalho et al. (2021) observam que estratégias inspiradas em Paulo Freire, como a problematização e o diálogo, podem ser particularmente eficazes no ensino de matemática para alunos com TOD. Ao envolver o estudante em situações reais, que demandem raciocínio lógico a partir de seu próprio contexto de vida, o conhecimento matemático se torna ferramenta de autonomia e crítica, rompendo com práticas mecânicas e descontextualizadas que frequentemente desmotivam os alunos.

Oliveira e Da Costa (2021) alertam para o risco da associação entre comportamento desafiador e fracasso escolar, especialmente na matemática. Tal associação pode reforçar profecias autorrealizadoras e legitimar práticas de exclusão. Ao reconhecer o letramento matemático como um direito de todos, inclusive daqueles que apresentam comportamentos divergentes, propõe-se uma nova ética pedagógica, baseada na inclusão, na escuta e na valorização da diversidade.

O PAPEL DO PROFESSOR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS FRENTE AO TOD

A atuação do professor frente ao Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) impõe desafios significativos no cotidiano escolar, exigindo preparo técnico, sensibilidade ética e estratégias pedagógicas inclusivas. O cenário atual mostra que muitos docentes ainda carecem de formação específica para lidar com esse tipo de demanda comportamental, o que torna a sala de aula um espaço potencialmente excludente para crianças com este diagnóstico (Da Silva Bezerra et Al., 2024; Mendes, 2022). Nesse contexto, a figura do professor assume não apenas a função de transmissor de conhecimentos, mas também de mediador de relações, promotor da inclusão e agente de transformação social.

A construção de práticas pedagógicas efetivamente inclusivas demanda que o professor abandone concepções estigmatizantes e adote uma postura acolhedora, baseada no respeito às singularidades dos alunos. Conforme destacam Brites e Brites (2019), é imprescindível que o educador entenda as manifestações comportamentais do TOD como formas de expressão emocional muitas vezes ligadas a vivências traumáticas ou contextos familiares disfuncionais, e não como simples atos de indisciplina. Essa compreensão modifica a lógica da punição para a da intervenção consciente e empática.

Segundo Araújo e Araújo (2017), o espaço da aula de Educação Física é especialmente fértil para práticas inclusivas com alunos com TOD, por permitir atividades corporais que favorecem o autocontrole, o respeito mútuo e a cooperação. Os autores relatam que, ao envolver a criança em jogos coletivos com regras claras e oportunidades de liderança, é possível canalizar a energia desafiadora de maneira produtiva, ao invés de reprimi-la. No entanto, essas experiências só são exitosas quando

os professores são capacitados para reconhecer os limites e as potencialidades de cada estudante.

A análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) permite compreender como os discursos docentes sobre o TOD revelam tensões entre práticas inclusivas e concepções normativas de comportamento. Ao categorizar relatos de professores, observa-se que muitos ainda associam o transtorno à ideia de “aluno-problema”, o que contribui para processos de exclusão simbólica mesmo em ambientes que se autodeclaram inclusivos. Essa perspectiva ressalta a importância da reflexão crítica sobre os saberes construídos no exercício da docência.

Carneiro e Silva (2020) abordam o risco da patologização do aprender, enfatizando que o diagnóstico de TOD, muitas vezes, mascara desigualdades sociais, deficiências estruturais da escola e ausência de políticas públicas efetivas. Para elas, o professor deve ser um agente contra a medicalização excessiva, ressignificando o comportamento do aluno por meio de práticas pedagógicas libertadoras, em consonância com os ideais freirianos de inclusão e diálogo (De Carvalho et al., 2021).

A experiência pedagógica inclusiva se torna mais rica quando associada ao trabalho interdisciplinar com psicólogos, terapeutas e a família, como defendido por Chalfon e Ramos (2021), ao relatarem avanços no comportamento de crianças com TOD submetidas à terapia de sandplay. Essa abordagem terapêutica, ao ser articulada com o trabalho pedagógico, fortalece a autoestima da criança, reduz os conflitos e favorece sua permanência na escola. O professor, nesse cenário, atua como facilitador do processo terapêutico e não apenas como espectador das intervenções externas.

Ainda que haja avanços teóricos e metodológicos no campo da inclusão, as dificuldades práticas persistem. Como apontam Galieta e Santos (2022), há um descompasso entre a formação docente inicial e as demandas complexas da sala de aula inclusiva. Muitas vezes, professores relatam sentir-se inseguros diante de comportamentos desafiadores, recorrendo a estratégias autoritárias que intensificam a resistência dos alunos com TOD. Isso evidencia a necessidade urgente de políticas formativas continuadas, com ênfase em gestão de conflitos, comunicação não-violenta e justiça restaurativa.

A formação docente voltada para a inclusão deve abarcar também o ensino de áreas específicas, como destacam Gomes e Da Costa (2023), ao analisarem a educação matemática inclusiva. Segundo os autores, professores precisam compreender como adaptar o conteúdo sem perder de vista os objetivos pedagógicos, respeitando os tempos e formas de aprender de cada aluno. Essa adaptação exige criatividade, flexibilidade e sobretudo empatia – qualidades essenciais para lidar com crianças que testam limites e desafiam normas.

Da Silva e Da Paixão (2024), ao analisarem a inclusão de crianças com TOD em espaços catequéticos, mostram que práticas pedagógicas afetuosas e espiritualmente engajadas podem ser eficazes na construção de vínculos e no fortalecimento da identidade da criança. Embora fora do espaço escolar formal, tais experiências reforçam que o papel do educador vai além do currículo: trata-se de um compromisso ético com a dignidade de cada sujeito.

Outra dimensão essencial é a crítica à medicalização da infância, como destacam Taborda, Rodrigues e Da Rosa (2019). Os autores alertam que rotular crianças como "opositoras" ou "desafiadoras" sem considerar os determinantes sociais do comportamento pode desresponsabilizar a escola em seu papel de acolhimento e de mediação pedagógica. O professor, nesse caso, deve ser protagonista de práticas que subvertam lógicas excludentes, construindo alternativas educativas fundadas no diálogo e na escuta ativa.

Como apontam Oliveira e Da Costa (2021), o ambiente escolar pode tanto potencializar os sintomas do TOD quanto ser um espaço de reabilitação comportamental. Essa ambiguidade depende essencialmente do modo como o professor lida com os conflitos e estabelece sua autoridade. Não se trata de eliminar a autoridade, mas de reposicioná-la como uma construção relacional, pautada em confiança, clareza e constância.

É necessário destacar que a inclusão de alunos com TOD exige que o professor seja também um pesquisador da própria prática. A autoavaliação, a escuta ativa dos estudantes e o uso de metodologias participativas tornam-se instrumentos essenciais para a construção de um ambiente escolar democrático e acolhedor (Veiga Dell'Agli et al.,

2023; De Souza Blasius, 2020). Diante disso, formar professores para a inclusão de alunos com TOD não é apenas um ato técnico, mas sobretudo político e ético, comprometido com a justiça social e o direito à educação.

A atuação do professor frente ao Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) exige, além de conhecimentos teóricos, uma postura ética e afetiva que valorize o sujeito em sua integralidade. De acordo com Mendes (2022), o docente se encontra muitas vezes despreparado para lidar com comportamentos disruptivos em sala de aula, especialmente quando não há respaldo institucional suficiente para estratégias inclusivas. No entanto, é essencial compreender que o comportamento opositor não deve ser tratado apenas como desvio, mas como um fenômeno que requer escuta, paciência e intervenção pedagógica qualificada. Professores que desenvolvem vínculos afetivos, utilizam estratégias comunicativas positivas e estabelecem limites de forma empática tendem a alcançar melhores resultados no manejo da turma e na inclusão do aluno com TOD. Brites e Brites (2019) reforçam que a sensibilidade do educador em reconhecer as causas emocionais por trás da resistência e da agressividade é o primeiro passo para uma abordagem realmente transformadora.

A formação inicial e continuada dos professores surge como elemento decisivo para uma prática inclusiva efetiva. Gomes e Da Costa (2023) apontam que muitos cursos de licenciatura ainda negligenciam a preparação para lidar com a diversidade comportamental, incluindo quadros como o TOD. Essa lacuna formativa gera insegurança nos educadores e limita sua capacidade de mediação pedagógica. Da Silva Bezerra et al. (2024) também destacam que o despreparo docente é uma das principais barreiras para a inclusão de alunos com transtornos do comportamento, como o TOD, fazendo com que muitas estratégias adotadas sejam meramente punitivas e não educativas. Em contrapartida, iniciativas formativas que estimulam o olhar crítico e reflexivo sobre a infância, os processos de aprendizagem e o papel social da escola tendem a favorecer a construção de práticas mais inclusivas e humanizadas. O professor precisa ser protagonista na transformação do espaço escolar em um ambiente verdadeiramente democrático e acolhedor.

Outro ponto crucial é a colaboração entre os diferentes atores do ambiente escolar, como pedagogos, psicólogos escolares, coordenadores e familiares. Conforme Araújo e

Araújo (2017), a interdisciplinaridade e o trabalho coletivo são fundamentais para o planejamento de ações eficazes junto aos alunos com TOD, especialmente em espaços como as aulas de Educação Física, onde a expressão corporal e a interação social ganham destaque. O isolamento do professor em relação aos demais profissionais fragiliza sua atuação, gerando frustração e práticas muitas vezes excludentes. A construção de redes de apoio internas à escola, somadas ao diálogo constante com a família, proporciona uma leitura mais ampliada do comportamento da criança e fortalece a implementação de estratégias pedagógicas que respeitam sua subjetividade. Taborda et al. (2019) ressaltam que, quando o foco deixa de ser apenas o controle do comportamento e passa a ser a inclusão crítica e consciente, há avanços significativos no desenvolvimento do aluno e na qualidade das relações escolares.

A abordagem inclusiva exige que o professor desenvolva estratégias diferenciadas e contextualizadas, adaptadas às necessidades e especificidades de cada aluno. De acordo com Veiga Dell’Agli et al. (2023), a conduta docente deve pautar-se por uma escuta ativa e pela mediação de conflitos de forma não violenta, buscando sempre compreender as origens do comportamentopositor antes de reagir a ele. Essa postura implica no abandono de práticas autoritárias e na adoção de métodos que promovam a autonomia, a participação e o protagonismo estudantil. Chalfon e Ramos (2021), ao analisarem práticas terapêuticas com crianças com sintomas de TOD, afirmam que o ambiente relacional é determinante no sucesso de qualquer intervenção. Essa constatação também se aplica ao contexto escolar, onde o vínculo entre professor e aluno pode ser terapêutico e pedagógico ao mesmo tempo. Assim, o papel do docente vai além da transmissão de conteúdos: ele é mediador de experiências, facilitador de vínculos e promotor de direitos.

A medicalização do comportamento infantil, frequentemente presente no diagnóstico de TOD, também deve ser criticamente avaliada no contexto escolar. Carneiro e Silva (2020) discutem como práticas escolares que desconsideram os fatores sociais e afetivos do comportamento tendem a reforçar visões patologizantes da infância. Essa patologização se manifesta, por exemplo, na rotulação precoce e na retirada de crianças de atividades curriculares sob a justificativa de desorganização comportamental. Oliveira e Da Costa (2021) complementam essa análise ao demonstrar como tais práticas podem reforçar estigmas e promover trajetórias escolares excludentes. Por isso, cabe ao

professor resistir a essa tendência e desenvolver uma postura crítica frente aos discursos médicos que reduzem a complexidade do sujeito ao diagnóstico. A escola não deve ser um espaço de controle e normalização, mas sim um território de escuta, acolhimento e diversidade.

É fundamental considerar que as práticas pedagógicas inclusivas frente ao TOD não são receitas prontas, mas construções contínuas que exigem sensibilidade, formação e compromisso ético-político. De Carvalho et al. (2021) propõem uma leitura freiriana para a atuação docente frente ao TOD, destacando que o professor precisa ser um agente de transformação social, que compreende o conflito não como algo a ser eliminado, mas como espaço de aprendizagem. Essa visão dialoga com Bardin (2011), ao propor que a análise do comportamento e da dinâmica de sala deve considerar o contexto, os significados atribuídos e a intencionalidade das ações. Assim, construir uma educação inclusiva passa por romper com práticas punitivas, superar os preconceitos e valorizar a criança em sua complexidade, potencializando sua participação e seu desenvolvimento integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a complexidade que envolve o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) no ambiente escolar, revelando a necessidade urgente de um olhar mais sensível, interdisciplinar e inclusivo por parte dos profissionais da educação. Longe de se tratar apenas de um transtorno comportamental isolado, o TOD reflete intersecções entre questões emocionais, sociais, pedagógicas e estruturais, exigindo ações integradas que transcendam o diagnóstico clínico e privilegiem práticas educacionais éticas e acolhedoras.

A análise teórica e empírica mostrou que, apesar da crescente produção acadêmica e dos esforços legislativos pela inclusão, muitos professores ainda enfrentam lacunas formativas importantes para atuar com alunos com TOD. A falta de conhecimento específico sobre o transtorno, somada à escassez de apoio institucional e de diálogo com equipes multiprofissionais, tende a gerar práticas punitivas, excludentes ou de invisibilização da criança desafiadora. Práticas pedagógicas baseadas em empatia, escuta

ativa e mediação de conflitos podem transformar o cotidiano escolar e oferecer novas possibilidades de convivência e aprendizagem para todos os envolvidos. A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização, tem o potencial de contribuir significativamente para a regulação emocional e o desenvolvimento de competências socioafetivas dos alunos com TOD, desde que exista um compromisso real com a inclusão.

Dessa forma, é possível afirmar que o enfrentamento dos desafios impostos pelo TOD requer um reposicionamento pedagógico por parte dos professores e gestores escolares. Isso inclui o desenvolvimento de práticas inclusivas, o investimento em formação continuada, a articulação com outras áreas do conhecimento e a valorização da escuta das famílias e dos próprios alunos. Trata-se, portanto, de uma construção coletiva, ética e crítica, pautada no direito inalienável de todos à educação de qualidade.

Ao concluir esta análise, reafirma-se que o desafio de incluir alunos com TOD nas escolas públicas não é apenas uma questão técnica, mas sobretudo um compromisso político com a equidade e a justiça social. O professor que se dispõe a compreender, acolher e dialogar com a diferença torna-se não apenas um educador, mas um verdadeiro agente de transformação. Com isso, abre-se caminho para a construção de uma escola mais humana, democrática e comprometida com a dignidade de todos os seus sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fabiana Zanol; ARAÚJO, Michell Pedruzzi Mendes. A criança com transtorno opositivo desafiador nas aulas de educação física: pressupostos inclusivos. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 1, n. 37, p. 190-208, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRITES, Luciana; BRITES, Clay. **Crianças desafiadoras: aprenda como identificar, tratar e contribuir de maneira positiva com crianças que têm Transtorno Opositivo-Desafiador**. Editora Gente, 2019.

CARNEIRO, Cristiana; SILVA, Raísa de Paula Fernandes da. Ana, adolescente nota dez? Reflexões sobre a patologização do aprender. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 60, p. 211-226, 2020.

CHALFON, Mariana Simão Talibá; RAMOS, Denise Gimenez. A terapia de sandplay com crianças com sintomas de transtorno opositivo desafiador e transtorno da conduta. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 41, n. 101, p. 276-290, 2021.

DA SILVA BEZERRA, Aguida Roberta et al. Transtorno opositor desafiador (tod) no contexto escolar: uma revisão da literatura. **Revista Educação e Humanidades**, v. 5, n. 01, p. 59-80, 2024.

DA SILVA, Paloma Jacinto; DA PAIXÃO, Fernando. Celebrando a diversidade: um olhar inclusivo para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista–TEA e transtorno opositor desafiador–TOD na Catequese da Paróquia Imaculada Conceição Guassussê/Orós. **Logos & Culturas**, v. 4, n. 2, p. 110-121, 2024.

DE CARVALHO, Aline dos Santos Moreira et al. Compreender, agir e incluir sob a ótica de Paulo Freire–Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), breve análise comparativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, p. e158101623305-e158101623305, 2021.

DE SOUZA BLASIUS, Letícia Cristina. Transtorno Opositor Disruptivo e suas implicações na aprendizagem com alunos da rede municipal de Sinop. **Eventos Pedagógicos**, v. 11, n. 2, p. 287-297, 2020.

GALIETA, Tatiana; SANTOS, Katiane Souza. Educação inclusiva e ensino de ciências: Formação e práticas de professoras em atuação na educação básica. **Revista Interdisciplinar em Ensino de Ciências e Matemática**, v. 2, n. 1, p. 26-43, 2022.

GOMES, Elisângela; DA COSTA, Andressa Florcena Gama. A educação matemática inclusiva na formação inicial: análise dos saberes profissionais de futuros professores de pedagogia. **Revista Sergipana de Matemática e Educação Matemática**, v. 8, n. 2, p. 103-122, 2023.

MENDES, Larissa Calixto. Os desafios e práticas pedagógicas do professor em sala de aula com uma criança com transtorno opositor desafiador. **Eventos Pedagógicos**, v. 13, n. 2, p. 272-281, 2022.

OLIVEIRA, Dhaniella Cristhina Brito; DA COSTA, Danielle Rodrigues Monteiro. Revisão da literatura sobre Transtorno Opositivo Desafiador e Transtorno de Conduta: causas/proteção, estratégia escolar e relação com a criminalidade. **Ciências & Cognição**, v. 26, n. 2, 2021.

SILVA, Taynara Souza et al. TOD: perspectivas comportamentais e sua associação ao TDAH e a TC. **Resid Pediatr**, n. 12, p. 1-4, 2022.

TABORDA, Jeferson Camargo; RODRIGUES, Thiago Donda; DA ROSA, Fernanda Malinosky Coelho. Discussões acerca da medicalização associada ao processo de inclusão escolar: o caso do transtorno opositor desafiante. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**, v. 25, n. 50.1, 2019.

VEIGA DELL'AGLI, Betânia Alves et al. Transtorno de oposição desafiante: uma análise sobre a conduta do professor. **Imagens da Educação**, v. 13, n. 1, 2023.

Submissão: fevereiro de 2026. Aceite: março de 2026. Publicação: julho de 2026.